

MISSÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E AÇÕES DE EMANCIPAÇÃO LOCAL: UMA INOVAÇÃO NA IGREJA PRESBITERIANA DE MOÇAMBIQUE

INTEGRAL EDUCATION MISSIONS AND LOCAL EMANCIPATION ACTIONS: AN INNOVATION IN THE PRESBYTERIAN CHURCH OF MOZAMBIQUE

Fernando Rafael Chongo
Bento Siteo

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar em que medida a proposta de estabelecimento de missões de educação integral que estimulem ações de emancipação local constitui uma inovação apreciável ao nível dos obreiros da Igreja Presbiteriana de Moçambique. Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa cuja recolha de dados foi baseada nas técnicas de análise documental e entrevista de grupos. O estudo conclui que o estabelecimento de missões de educação integral que estimulem ações de emancipação local constitui uma inovação significativamente apreciável ao nível dos obreiros, pelo que é vista como um fator imprescindível de intervenção social da Igreja Presbiteriana de Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Presbiteriana de Moçambique; Missões; Educação Integral; Emancipação Local.

ABSTRACT: The present article aims to analyze to what extent the proposal to establish integral education missions that stimulate local emancipation actions constitutes an appreciable innovation at the level of workers of the Presbyterian Church of Mozambique. In methodological terms this is a qualitative research whose data collection was based on documentary analysis and group interview techniques. The study concludes that the establishment of integral education missions that stimulate actions of local emancipation constitutes a significantly appreciable innovation at the level of church workers and it is therefore seen as an indispensable factor of social intervention of the Presbyterian Church of Mozambique.

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

KEYWORDS: Presbyterian Church of Mozambique; Missions; Integral Education; Local Emancipation.

MISSÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E AÇÕES DE EMANCIPAÇÃO LOCAL: UMA INOVAÇÃO NA IGREJA PRESBITERIANA DE MOÇAMBIQUE

Fernando Rafael Chongo¹
Bento Siteo²

Introdução

A educação é o fator primordial de promoção da dignidade humana. Os países desenvolvidos usam a educação para estimular avanços nas ciências e tecnologias. Os países em desenvolvimento desdobram-se por uma educação de qualidade por reconhecerem o seu poder de emancipação (NHALEVILO, 2013). A educação é a ferramenta mais importante em uso no processo de desenvolvimento das nações no mundo atual. As religiões em geral e a religião cristã em particular, representada pelas igrejas, são instituições de educação, tal como a escola e a família. Embora as igrejas constituam espaços particularmente vocacionados à evangelização, o seu papel social assenta-se no campo da educação (LIBÂNEO, 2010). Diga-se, assim, que a educação eclesial, tal como a de outras religiões, perfaz o bojo das práticas educativas julgadas essenciais para a garantia da dignidade humana.

Em Moçambique o período colonial foi marcado por igrejas protestantes que privilegiavam o cristianismo social. Em pleno século XIX, de tempestuosidades da revolução industrial, ofereciam práticas de educação integral, que englobavam a evangelização, a educação escolar, moral, ambiental e muitas outras ações de libertação integral (NGOENHA, 2000). Em 1880, cidadãos moçambicanos liderados por Yosefa Mhalmhala, depois de se terem convertido no Transval, África do Sul, decidiram trazer o evangelho para os seus irmãos na região dos Khosa, em Magude. Com a expansão do seu trabalho, estes missionários tsongas decidiram convidar os missionários suíços sediados no Transval para lhes vir apoiar. Assim,

Nascia em Moçambique uma igreja, uma pequena igreja, fruto do zelo dos missionários negros e dos esforços duma missão europeia. Uma pequena igreja africana que soube guardar sua independência, sua autonomia, sua cultura, com relação ao colonizador enquanto que todas as outras instituições se desmoronavam (BUTSELAAR, 1987, p. 1)

¹ Pós-doutorando em Educação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; Doutorado em Inovação Educativa (Ciências de Educação) pela Universidade Católica de Moçambique; Professor Auxiliar na Universidade Púnguè; Pastor e Presidente da Comissão de Evangelização e Missões, na Igreja Presbiteriana de Moçambique; e-mail: fernandochongo@yahoo.com

² Doutorado em Linguística Africana pela Universidade de Leiden, Holanda; Docente da Universidade Eduardo Mondlane; Pastor da Igreja Presbiteriana de Moçambique; e-mail: bsithoye@gmail.com

Os missionários suíços que chegaram no sul de Moçambique em 1887 tinham como propósito a educação integral, incluindo a evangelização de um povo que ocupava um vasto território que se estendia do Transval, na África do Sul, até Gaza, em Moçambique, passando por Maputo. Para o efeito viram-se motivados a usar as línguas locais (SITOE, 2014). A estratégia do uso das línguas locais possibilitou a atração de líderes locais e o consequente alcance das respectivas massas. O amor a Deus e ao próximo, a responsabilidade, o trabalho, bem como o sentido de pertença e de solidariedade constituíram alguns dos objetos de destaque da Missão Suíça.

A Igreja Presbiteriana de Moçambique (IPM) resulta, com efeito, da Missão Suíça, uma comunhão de missionários moçambicanos com missionários suíços que embora a vocação primária fosse a evangelização deu primazia à educação integral do homem (NGOENHA, 2000; CRUZ E SILVA, 2001). As investidas humanizantes da Missão Suíça estimularam o processo histórico de construção da nação moçambicana. Contribuíram significativamente na formação de ativistas que arquitetaram a luta pela conquista da independência nacional. É de destacar o primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Professor Universitário e evangelista presbiteriano, Eduardo Chivambo Mondlane, bem como o Presidente do Conselho Sinodal da IPM, Rev. Zedequias Manganhela, que deram as suas vidas a favor das liberdades do povo moçambicano (CHONGO, 2022).

Os dias atuais, em que a IPM conta com aproximadamente 140 anos de existência em Moçambique são bastante problemáticos. A zona Norte de Moçambique tem sofrido ataques sangrentos dos chamados invasores, que se pensa que a sua criação foi camuflada por atividades religiosas. Questiona-se o papel atual das organizações religiosas. Nisso, recomenda-se que a IPM resgate a sua função de educação integral de modo a poder contribuir ativamente no processo de construção social. Com base na situação exposta, os pesquisadores propõem que a IPM opte pela inovação nas suas práticas de intervenção social, estabelecendo missões de educação integral que estimulem ações de emancipação local. À vista disso, os pesquisadores formularam o seguinte problema de investigação: Será que a proposta de estabelecimento de missões de educação integral, que estimulem ações de emancipação local, constitui uma inovação apreciável ao nível dos obreiros da Igreja Presbiteriana de Moçambique?

O presente estudo é resultante de uma palestra proferida no retiro dos obreiros da IPM, que decorreu entre os dias 3 e 5 de fevereiro de 2023, na paróquia de Antioca, em Magde. É importante referir que Antioca é o berço da IPM. Foi constituída entre 1880 e 1882 por uma equipe de obreiros nativos radicados e convertidos na África do Sul, liderada pelo evangelista Yosefa Mhalmhala. Foi dessa expedição que se materializou a exploração da possibilidade de implantação da Missão Suíça em Moçambique, que só viria a efetivar-se em 1887. Pela razão

exposta, defende-se que a IPM não foi fundada em 1887, mas sim em 1882 (BUTSELAAR, 1987). O estudo é intitulado *Missões de educação integral e ações de emancipação local: uma inovação na Igreja Presbiteriana de Moçambique*. Tem como objetivo analisar em que medida a proposta de estabelecimento de missões de educação integral que estimulem ações de emancipação local constitui uma inovação apreciável ao nível dos obreiros da Igreja Presbiteriana de Moçambique.

A opção pelo presente estudo prende-se com algumas razões fundamentais. A primeira tem a ver com o fato de os pesquisadores serem apologistas do resgate da cultura de educação integral como estratégia de intervenção social da IPM. A segunda razão tem a ver com a necessidade de inspirar as igrejas em Moçambique a aplicarem as lições desta pesquisa, nesta altura em que se mostra importante clarificar que as religiões e as igrejas em particular são parceiras ativas da manutenção da paz e do desenvolvimento. Os pesquisadores pretendem, com efeito, que as organizações religiosas que operam em Moçambique se inspirem exclusivamente em cultivar a educação integral para a emancipação local.

Em termos de estrutura, o presente artigo está subdividido em cinco partes principais. A primeira é a introdução, que integra a problematização, os objetivos e a justificativa. A segunda parte é o quadro teórico, que tem como temáticas as missões de educação integral como sinais de qualidade de intervenção social nas igrejas em Moçambique, ações de emancipação local como um desafio e contributo das missões de educação integral, bem como línguas locais como ferramentas de educação para a emancipação local. A terceira parte é constituída pelos caminhos metodológicos. A quarta é constituída pela apresentação, análise e discussão dos dados coletados. Por fim, a quinta parte é constituída pelas considerações finais.

Missões de educação integral: sinais de qualidade de intervenção social das igrejas no período pós-colonial em Moçambique

A educação é um fator indispensável de integração social. Ela é referente à formação do humanismo na sua multiplicidade de dimensões, sendo de destacar a dimensão física, intelectual, afetiva, cultural e social (LIBÂNIO, 2006). As sociedades atuais concebem a educação como uma ferramenta de construção de competências que relevem para o desenvolvimento sustentável (LEMMER, 2005). A educação serve para formar cidadãos livres, felizes e úteis para o desenvolvimento humano (MONTEIRO, 2005). Ela constitui um reconhecido processo de construção de mestria para a resolução dos problemas sociais. É um processo de emancipação, expressa pela formação de trabalhadores criativos e inovadores (MAZULA, 1995).

A educação é um conjunto de experiências, sejam elas planejadas ou não planejadas, em que as pessoas aprendem. Tais experiências englobam a instrução (SMITH; RAGAN, 1999). Esta concepção de educação supera a que faz uma distinção entre a educação e a instrução, com a alegação de ser possível educar sem instruir, e instruir sem educar (LIBÂNEO, 1990). No nosso entender, a educação é um bojo incomensurável que, além de contemplar o ensino, inclui também a evangelização, o aconselhamento, o cuidado, entre outras experiências de promoção da dignidade humana.

Se por um lado podemos falar de educação escolar, restringida ao ensino, por outro podemos falar da educação integral, que é uma indubitável ampliação da educação escolar e é a condição primária da emancipação social (DE SOUZA, 2016). A educação integral não se restringe à formação intelectual. Alcança uma multiplicidade de dimensões, incluindo a dimensão espiritual, cultural, desportiva, artística e até tecnológica. Dedicase em construir profundamente as bases do desenvolvimento através da formação completa do ser humano. É desta forma que a educação integral contribui na formação de quadros que sejam altamente qualificados para a cooperação e participação (BORGES, RIBEIRO; RICHTER, 2018).

A educação tem assumido diversas designações, tais como formal, não formal, informal, religiosa e ambiental. Pode-se falar também de educação para a paz. Entretanto, toda a sua diversidade cabe na educação integral, desde que tenha como fim último a construção contínua e cada vez melhor de uma mentalidade social que seja orientada para a formação de individualidades orientadas para a emancipação local (NGOENGA, 2000; DE SOUZA, 2016). A educação é de qualidade quando é provedora de serviços tão satisfatórios a ponto de superarem as expectativas dos respectivos beneficiários (SALLIS, 2001). É num contexto de educação integral de qualidade em que se estimula o desenvolvimento de competências úteis para o desenvolvimento humano.

No início do período pós-colonial, as igrejas protestantes existentes eram portadoras da visão bíblica de educação integral. Algumas delas, para além de templos, possuíam escolas, hospitais e geriam vários outros projetos de desenvolvimento. As suas práticas ainda marcam os dias atuais por constituírem lições históricas de intervenção social (NGOENHA, 2000; CRUZ E SILVA, 2001; SITO E, 2020). Na década de 1980, com a agudização do conflito armado entre o Governo e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), as igrejas tiveram que intervir ativamente na catalização do processo que culminou com a conquista e a manutenção da paz em Moçambique. Antes da morte do Presidente Samora Machel em 1986, o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) teve a visão de contactar o governo para solicitar que a paz fosse alcançada por via do diálogo, em vez do conflito armado que estava ceifando vidas e destruindo a economia do país (JESSEN, 1997; GUJAMO, 2004).

Em 1988, altura em que vigorava a lei 14/87, de anistia aos crimes cometidos contra a segurança do Estado, o CCM, representado pelo Bispo da Igreja Anglicana, Dom Dinis Sengulane, e o Pastor da Igreja Presbiteriana de Moçambique (IPM), Pastor Ozias Mucache, juntou-se à Igreja Católica, que era representada por Dom Alexandre Maria dos Santos e Dom Jaime Gonçalves. Juntos representaram as igrejas e iniciaram contatos com a RENAMO. Há que referir que 1988 foi o ano em que Papa João Paulo II visitou Moçambique e apregou a necessidade de paz e reconciliação. Foi na sequência da participação ativa das igrejas que em 1990 iniciaram-se as negociações entre o Governo e a RENAMO, que culminaram com a assinatura dos Acordos de Paz, em Roma, aos 04 de outubro de 1992 (JESSEN, 1997; GUJAMO, 2004).

Na década de 1990, período de reconstrução pós-guerra e de implantação de mentalidades democráticas, as igrejas iniciaram o seu envolvimento na expansão do Ensino Superior em Moçambique. A par do conhecimento de Deus e da sua obediência, o povo devia, pois, estar provido de múltiplas competências para a superação da pobreza absoluta. Foi assim que em 1995 a Igreja Católica de Moçambique criou a Universidade Católica de Moçambique (UCM), que foi a primeira instituição de ensino superior privada em Moçambique (FEREIRA, MENDES; MARTINS, 2017).

A UCM tem privilegiado a educação integral. Além da instrução para a garantia de competências profissionais, a UCM privilegia a aprendizagem significativa dos princípios éticos, tanto na sua dimensão social, quanto na teísta, por constituírem um fator imprescindível de harmonização da sociedade. Foi assim que se propôs leccionar em todos os cursos algumas disciplinas complementares obrigatórias, tais como Mundividência Cristã, que veio a ser substituída pela disciplina de Introdução à Teologia (SAPATO, 2016; PIEDADE, 2016). A UCM pauta, com efeito, pela educação integral.

A par da educação terciária, que é o ensino superior, as igrejas investem também na educação secundária, técnica e primária. Muitas escolas secundárias e algumas escolas técnicas deste país funcionam em infra-estruturas construídas e mantidas pela Igreja Católica, o que constitui uma participação sobejamente relevante para o sucesso escolar. Ademais, a casa do Gaiato da Matola, uma iniciativa da Igreja Católica, é reconhecida pela vocação de acolhimento de crianças desamparadas. Ela dedica-se em abrigá-las, educá-las em várias dimensões a ponto de se tornarem adultos devidamente formados, e depois inseri-las na sociedade. Ações do gênero, de emancipação local, acontecem também na Igreja Presbiteriana de Moçambique, na Igreja Metodista Unida de Moçambique, entre outras igrejas. A título de exemplo, podemos citar o Centro Educacional de Mabilibili, no Distrito de Matutuíne, um empreendimento da Igreja Presbiteriana de Moçambique.

Nos dias que correm é cada vez mais notável a participação ativa das igrejas no desenvolvimento da cultura musical. Eventos eclesiais relativos ao canto coral têm estimulado a descoberta de talentos que depois evoluem a ponto de serem bastante apreciáveis na arena da música convencional. Aliás, o canto coral em si tem estado a ganhar contornos comerciais mercê da sua qualidade, tanto em termos de harmonia, quanto de mensagem. Diga-se, assim, que as igrejas têm sido um campo fértil de promoção da cultura musical e de muitos outros sinais de qualidade de educação integral.

As igrejas são corpos de comissionados, ou melhor, de missionários mandatados por Deus às nações, conforme a crença dos seus fieis. As igrejas existem porque há uma missão de Deus que elas devem cumprir, que é a educação integral com ênfase na evangelização, em todas as nações, de modo que se libertem, se salvem do mal e tenham vida em abundância. Significa que a visão das igrejas é a salvação do povo de Deus (HAGGAI, 1986). No contexto do cumprimento da sua missão, uma igreja visionária chega a construir uma rede de missões. É capaz de tornar cada objetivo geral em mais uma missão e ainda fazer com que esta tenha os seus respectivos objetivos específicos. Preserva a sua missão central e, para cumpri-la de forma estratégica, estabelece missões intermediárias. Chega, desta forma, a construir uma sucessão de missões, articuladas ao cumprimento da missão central e orientadas para o alcance duma única visão que é a salvação ou emancipação do povo de Deus.

As igrejas investem na inovação como forma de garantir que as suas intervenções agreguem valor ao processo de desenvolvimento social. Importa referir que nos tempos atuais a inovação não se cinge em questões tecnológicas. Considera-se também por inovação a incorporação de novos procedimentos com vista a melhorar os processos de gestão nas organizações (CARVALHO, LOPES; REIMÃO, 2011). A inovação que se notabiliza nas igrejas inclui a promoção do estabelecimento de missões de educação integral que resultem em ações de emancipação local. Elas reconhecem, pois, a sua missão precisa, que é a conversão de individualistas e a sua transformação em individualidades, isto é, em agentes de promoção da paz e do desenvolvimento da sociedade (NGOENHA, 2000).

Ações de emancipação local: desafios e contributos para o desenvolvimento comunitário

A família, a igreja e a sociedade constituem os espaços principais privilegiados pelo sistema de educação integral da Missão Suíça em Moçambique. Foi assim que se logrou a formação de cidadãos orientados para a valorização do espaço familiar, do eclesial e do social (ALDASSE, 1996). O local, mesmo nos dias que correm, é inclusivamente representado por estes espaços. O local é um espaço que, por ser de acomodação do ser humano, é digno de

emancipação. Um local emancipado é aquele que é provido de condições que possam garantir dignidade aos seus utentes. É aquele cujos servidores são providos de conhecimentos, habilidades e atitudes que sejam socialmente relevantes, isto é, de competências que lhes tornem servidores para o garante do bem-estar social. Por conseguinte, um local emancipado é aquele cujos utentes são educados.

O desenvolvimento de ações de emancipação local é um exercício deliberado, sistemático e perene, orientado por uma entidade educativa para a qualificação de agentes que sejam continuadores da promoção da dignidade humana. Ações de emancipação são exercícios de pessoas emancipadas para potenciar os outros seres humanos, de modo que alcancem competências que lhes possibilitam servir em diversas esferas. São aquelas que instigam o início e a evolução de competências, tanto individuais, quanto coletivas, para criação e inovação em prol do desenvolvimento local. A formação de quadros capazes de produzir ações de emancipação local acarreta custos diversificados. Dito doutro modo, a garantia de ações de emancipação local não é um produto do acaso, resulta da superação de determinados desafios. O desafio de maior destaque é a garantia da competência organizacional.

A competência organizacional tem a ver com a expressão de conhecimentos, habilidades e atitudes de uma determinada organização. Trata-se de uma organização inteligente, que reconhece que a sua existência é condicionada pela sua constante aprendizagem. Em função disso privilegia a necessidade de construção de uma memória e, mais do que isso, de construir conhecimentos, habilidades e atitudes organizacionais (SALLIS, 2002). Um dos reflexos da competência organizacional tem sido a concepção de planos e de critérios de formação de seus colaboradores, que são o garante da sua competência. A atribuição de bolsas de estudos graduados e pós-graduados, a oferta de estágios profissionais, capacitações e reciclagens, são expressões de reconhecimento de que é mediante o investimento na aprendizagem de pessoas e de equipes que se logra alcançar a aprendizagem constante e a competência evolutiva na formação de quadros qualificados. As ações de emancipação local resultam, por conseguinte, de quadros formados em organizações competentes.

Há contributos que resultam do engajamento organizacional na garantia de ações de emancipação local. Há que destacar a inclusão do local em questão e de seus ocupantes na esfera do desenvolvimento social. A organização vocacionada à educação integral vai ao encontro das comunidades locais e por essa via possibilita a formação de profissionais competentes, em prol da garantia da qualidade de serviços providos localmente.

Línguas locais: ferramentas de promoção da dignidade humana

Num Moçambique multilingue e multicultural, não se pode falar de estabelecimento de missões de educação integral que estimulem ações de emancipação local sem se abordar a questão da(s) língua(s) de comunicação. A língua é o instrumento-chave de comunicação e de manutenção das relações humanas. Assim, no quadro da sua pretensão de estabelecimento de relações humanas que estimulem o desenvolvimento das comunidades em que está inserida, a igreja deve estar sensibilizada para lidar com a diversidade linguística do país. É este aspecto da função da língua que lhe atribui papel de relevo nos sistemas de educação e nos programas de desenvolvimento em particular. “*A reflexão em torno de ideias como democracia, desenvolvimento, empoderamento das comunidades, etc. sugere que, entre outras coisas, é necessário preservar, respeitar e valorizar tudo o que fortalece a sua identidade cultural, incluindo a língua.*” (SITOE, 2014, p. 65).

As missões protestantes privilegiaram as línguas moçambicanas como meio de instrução nas suas escolas e de evangelização nas suas igrejas. Este é o caso da Igreja Presbiteriana de Moçambique. Desde a sua fundação, reconheceu o valor das línguas moçambicanas produzindo material de culto e de ensino destas línguas e literatura de educação cristã e cívica. Ainda em Spelonken, na década 1880, Henri Berthoud publicava textos em *Xigwamba*, uma espécie de língua franca desta região. Recomendou que esta língua fosse designada por um termo mais genérico: *Tsonga*. Em 1884, Paul Berthoud, seu irmão, fez notar que esta língua tinha vários dialetos com diferenças notáveis entre eles. Então, Henri Berthoud dividiu a língua em oito ramos, possuindo cada um o seu próprio território e um dialeto particular. Frisou o fato de haver entre estes dialetos uma inteligibilidade tal que poder-se-ia concentrar toda a energia sobre a variante mais central, que seria o *Xidzonga*, a variante falada na região onde Yosefa Mhalthala tinha estabelecido a estação missionária (Magude) e que hoje é a variante de referência da língua changana (SITOE, 2020).

Pode-se assim dizer que a Missão Suíça, para fins de ganhar prosélitos pela evangelização, depois de avanços e recuos, tratou de construir uma língua regional, escrita, baseada numa língua franca em evolução, primeiro, chamada *Xigwamba* e depois *Tsonga*. Esta construção de língua envolveu a fixação da sintaxe, a seleção de vocabulário e o estabelecimento do sistema fonológico. O primeiro livro a ser publicado em Tsonga pela Missão Vaudoise foi o *Buku ya Tšikwembo* em 1883. De acordo com Siteo, 2014 “*este desenvolvimento suscitou a eclosão de uma literatura e de uma imprensa usando essas línguas, pese embora o facto de ser numa variedade que acabou por ser apelidada de Xiniri³ pelos falantes nativos destas línguas. Nela transparecia a tentativa da padronização destas línguas pelos missionários*” (SITOE, 2014, p. 56).

Em 1887-88 foram estabelecidas duas estações missionárias na costa: uma em Lourenço Marques, hoje Maputo, dirigida por Paul Berthoud, e a outra em Rikatla, no atual distrito de Marracuene. Segundo Harries (1987), esta divisão do campo de Missão em estações da costa moçambicana e estações de Spelonken, na África do Sul, causou sérios embaraços em torno da língua de comunicação. Rapidamente ficou patente que a língua falada em Maputo e Marracuene, o Ronga, era diferente do Tsonga, o que tornava a expansão do evangelho difícil e morosa. É assim que um outro missionário suíço, antropólogo, Henri Junod, publicou o seu material em Ronga, construindo assim uma língua literária mais consentânea porque próxima do falar das populações da zona.

Importa aqui abrir um parêntesis para falarmos do emprego do termo Tsonga devido à sua ambiguidade: “*Actualmente, na África do Sul o termo Tsonga, no tocante à classificação linguística, é usado simultaneamente como sinónimo de Changana e como nome do grupo de três línguas, a saber, o Ronga, o Changana e o Xitshwa. Em Moçambique, a opção é a de considerar Tsonga como termo designativo do grupo destas três línguas mutuamente inteligíveis*” (SITOE, 2020, p. 65).

A língua escrita permitiu que povos diferentes se vissem pela primeira vez como uma comunidade. O material de ensino, os dicionários e as gramáticas deram aos missionários um poder sobre todo um mundo conceitual em torno da “nova sociedade”, de “um novo povo a emergir da escuridão”: O seu “Tsonga” fornecia novo vocabulário com o qual não só se expressavam ideias bíblicas, educacionais e litúrgicas, mas permitia também a expressão de novos conceitos ao mesmo tempo que conferia um novo instrumento de inserção e intervenção social aos seus falantes. Isto fez com que a militância dos missionários estivesse confinada e de certa forma reforçasse a tradicional visão missionária do espaço étnico tsonga, apesar de, nessa época, ter-se tentado alargar o campo de missão até à Beira, território de outras etnias. Prova isto o fato de que a designação pioneira da IPM é problemática. No Transval, foi conhecida por *Kereke ya Vatsonga* (Igreja dos Tsongas), em Maputo por *Kereke dra Varonga* (Igreja dos Rongas) e em Gaza *Kereke ya Vatsonga* (Igreja dos Tsongas). Veja-se o subtítulo do hinário da IPM em uso em Maputo: *Tinsimu ta Tinhlengeletanu ta Vakriste Xikari ka Varonga* (Hinos das comunidades cristãs no seio dos rongas) (SITOE, 2020).

Por razões históricas, a IPM estava confinada a grupos étnicos das províncias de Maputo e Gaza. Isto porque as sucessivas gerações de missionários suíços tinham em comum, consciente ou inconscientemente, um *tsongacentrismo* que se tinha desenvolvido no seu seio. Só na medida em que os tsongas se *moçambicanizavam* é que os *tsonganistas* se viam obrigados a *moçambicanizar-se* também. Ora, a pergunta que se coloca é: Qual é a posição atual da Igreja

³ ‘a língua dos missionários’ - de *muniri*, termo com que se designa o missionário nestas línguas.

Presbiteriana, face a esta herança histórica? É uma igreja da *tsonganidade* ou da *moçambicanidade*? A IPM proclamou a sua “*independência total e completa*” da Missão Suíça em 1972. Hoje está registada em Boletim da República com o nome de *Igreja Presbiteriana de Moçambique*. No preâmbulo da sua Constituição, lê-se o seguinte:

*«O trabalho evangelístico, com recurso a línguas locais, a educação formal e informal, e o envolvimento profundo em empreendimentos sociais contribuíram grandemente para a formação duma consciência de cidadania entre os membros da IPM. Esta peculiar acção evangelística da IPM num tempo em que o País estava ainda sob a dominação colonial tem sido reconhecida ao nível nacional, como tendo contribuído para a emergência do nacionalismo em Moçambique. Com efeito, os esforços e programas educacionais da Igreja, contribuíram não somente para suprir as imensas necessidades educacionais, mas também para oferecer uma formação alternativa ao do sistema colonial, tendo contribuído para o despertar de várias lideranças nacionalistas. Eduardo Mondlane, arquitecto da nação moçambicana, permanece um símbolo e marco inspirador dessa obra.»*⁴

Consentâneo com esta visão, a Constituição da IPM estabelece o seguinte, com respeito à questão da(s) língua(s):

Artigo 55: (línguas de Evangelização e de Trabalho na IPM)

1. A IPM consagra a língua portuguesa como língua de trabalho nas relações com terceiros, bem como no relacionamento entre paróquias de diferentes regiões do País.
2. A IPM consagra as línguas faladas nas zonas de implantação, como línguas de evangelização, de culto e de trabalho.
3. Existindo na mesma comunidade, membros oriundos de diferentes regiões do País, poderão ser criados serviços de culto dominical em língua portuguesa ou outra que se mostrar necessária.

Mas será que a IPM já se despiu completamente da base tribal que caracterizou os primeiros momentos da sua história? Que características ela assume nas suas comunidades no centro e no norte de Moçambique? Em termos de postura, não será ainda a Igreja (Presbiteriana) dos Rongas e Changanas em Nampula, dos Rongas e Changanas em Lichinga, dos Rongas e Changanas em Pemba, dos Rongas e Changanas na Beira, em Chimoio, em Tete e em Quelimane? (SITOE, 2020). Importa aqui referir que:

“Já houve obreiros changanas e rongas que, uma vez colocados como missionários nas comunidades nortenhas, trataram de aprender e usar a língua local. Vamos tomar o caso do Pastor Félix Khosa como um exemplo. Em pouco tempo aprendeu Emakhuwa e relacionou-se com os crentes nesta língua. [...]”

⁴ Constituição da Igreja Presbiteriana de Moçambique. Maputo: Igreja Presbiteriana de Moçambique. 2009.

Outro exemplo vem-nos do Pastor Lázaro Timbana e da Evangelista Loice Sigulha que, colocados em regiões do norte do país, dispuseram-se a aprender a língua local e interagir com os seus irmãos em Cristo na língua que Deus lhes deu. Poucos são os casos como estes, infelizmente” (SITOE, 2020, p. 84).

O que impede a IPM de preparar *Félix Khosas, Lázaro Timbanas e Loice Sigulhas* de hoje e de amanhã? Como diria Chimbutane (2011, p. 156), “*Apesar do facto de o Português ser a língua oficial do país, é através das línguas locais que a vida é conduzida no nível local, incluindo em instituições oficiais.*” E a IPM é uma instituição oficial!

Caminhos metodológicos

Após uma auscultação preliminar da opinião dos obreiros sobre esta iniciativa de missões de educação integral e ações de emancipação local, através da plataforma whatsapp de uso restrito dos obreiros, cujos resultados encorajaram os pesquisadores a prosseguirem com o seu trabalho, o presente estudo foi realizado no retiro dos obreiros da Igreja Presbiteriana de Moçambique, precisamente na Paróquia de Antioca, em Magude. A sua decorrência foi no mês de fevereiro de 2023. É um estudo qualitativo, dada a natureza do seu problema de investigação e do respectivo objetivo. É importante referir que uma pesquisa é qualitativa quando faz uma análise descritiva de assuntos sociais, de forma indutiva, em busca de seus significados (BOGDAN; BIKLEN, 2013). A pesquisa qualitativa analisa, neste caso, o nível de apreciação da proposta de estabelecimento de missões de educação integral que possam propiciar ações de emancipação local. Espera-se que as conclusões do estudo sejam passíveis de aplicabilidade em instituições congêneres (AMADO, 2014). Este é um estudo de caso simples, baseado na observação de um determinado contexto. Teve em vista compreender aspectos relativos ao desenvolvimento humano (BOGDAN; BIKLEIN, 2013; LAMBERT, 2019).

A recolha de dados para a realização do presente estudo foi baseada em duas técnicas, designadamente a observação participante e a inquirição por entrevista (TOZONI-REIS, 2009). A opção por estas técnicas prendeu-se com o fato de tratar-se de um estudo cujos dados são essencialmente qualitativos (KARSENTI; SAVOIE-ZAJC, 2018; LAMBERT, 2019). Para o efeito, contou com sete participantes, identificados através da amostragem não probabilística acidental. Contou ainda com entrevistas a cinco obreiros para recolha de dados complementares, o que fez um total de 12 participantes. Portanto, tratou-se de um estudo que, não propiciando nenhuma representatividade, não teve nenhuma pretensão de generalizar as suas conclusões (COUTINHO, 2007; AMADO, 2014). As referidas entrevistas foram gravadas, transcritas e usadas como dados qualitativos do presente estudo (FLICK, 2002).

Apresentação, análise e discussão de dados

A proposta colocada pelos pesquisadores, na palestra por si proferida no retiro dos obreiros da IPM, é de que a IPM deve estabelecer missões de educação integral que possam estimular ações de emancipação local. Os pesquisadores fizeram referência à necessidade de uma missão central, de âmbito nacional, que deve ser dirigida pelos órgãos de direção central da IPM, designadamente o Sínodo Geral, que é o órgão legislativo, o Conselho Sinodal, que é o órgão executivo, e o Conselho de Verificação, que é o órgão fiscal. Na ótica dos pesquisadores, a missão central deve funcionar no escritório central para gerir as macropolíticas e os grandes projetos relativos à educação integral. Na ótica dos pesquisadores, uma tal inovação faria com que a IPM melhorasse significativamente a sua intervenção social.

Na sequência da sua proposta, os pesquisadores ainda fizeram referência à necessidade de estabelecimento de uma missão em cada região, isto é, no norte, no centro e no sul de Moçambique. Em cada região deve haver um escritório regional onde deve estar estabelecida a respectiva missão e os respectivos órgãos de direção, designadamente o Sínodo Regional, o Conselho Sinodal Regional e o Conselho de Verificação Regional. A função de cada uma destas três missões seria a de ser um braço forte de materialização da intervenção social da IPM, tomando em consideração as vicissitudes contextuais da sua respectiva região.

Entretanto, os pesquisadores referiram que a ideia de estabelecimento de missões de educação integral que possam resultar e ações de emancipação local é condicionada por algumas realizações de âmbito organizacional. A realização primordial é a construção da competência organizacional através de ações sistemáticas, tais como a massificação da formação de quadros altamente qualificados, a profissionalização dos corpos de trabalho, com destaque para o corpo técnico-administrativo, a implantação da cultura de mediação e resolução de conflitos, a equidade de gênero em todos os níveis de liderança da IPM, e gestão de projetos de grande dimensão com o intuito de geração de receitas próprias, o desenho de projetos de busca de receitas externas, entre outras realizações julgadas imprescindíveis para o sucesso das atividades correntes da IPM.

A proposta colocada pelos pesquisadores estimulou uma reflexão conjunta que foi expressa por questões, acréscimos, emoções e manifestações de opiniões. Foi neste ambiente em que os pesquisadores recolheram os dados inerentes ao presente estudo, tanto por observação, quanto por entrevista. É de realçar que a referida recolha de dados foi mediante a análise da forma como alguns obreiros da IPM apreciam a proposta colocada, de estabelecimento de missões de educação integral que possam estimular ações de emancipação local em todo o território nacional.

Dados recolhidos por observação

O momento da palestra foi marcado por dois aspectos que chamaram a atenção dos pesquisadores. O primeiro aspecto foi o silêncio acolhedor que foi produzido por uma audiência de aproximadamente 100 pessoas. Os seus semblantes revelavam um interesse enorme pelas abordagens que iam sendo feitas. O segundo aspecto foram as impressões deixadas pelos intervenientes. Revelavam que a palestra tinha sido bem acompanhada e por isso propiciava intervenções interessantes. De entre tantas informações relevantes recolhidas importa referir as que se seguem.

A questão da descentralização da IPM foi saudada na generalidade e ficou a impressão de que os seus aspectos pormenorizados concordam com os que constam na Constituição da IPM. Diferentemente da proposta apresentada, que defende que o Sínodo Regional seja estabelecido em cada região, podendo ser no norte, centro e sul, a Constituição da IPM defende o Sínodo, uma constituição de um mínimo de três presbitérios. Mais ainda, enquanto a proposta defende que a par de um Sínodo Regional haja um Conselho Sinodal Regional e um Conselho de Verificação Regional, a Constituição da IPM defende que a Mesa do Sínodo se constitua numa Comissão Executiva no intervalo entre as suas reuniões. Por conseguinte, a proposta colocada desafia a IPM a tomar em consideração as regiões norte, centro e sul a ponto de estabelecer nelas as missões regionais dirigidas pelos referidos três órgãos e com instalações próprias.

No retiro houve alguma lamentação pelo fato de protelar-se a materialização da descentralização e solicitou-se flexibilidade por parte das lideranças atuais. Notou-se, portanto, alguma crença de que a proposta colocada constitui uma estratégia que pode tornar a IPM num colaborador mais ativo no processo de construção nacional. Há que fazer referência a um dado importante que dá conta de que foi no colégio pastoral da IPM que se iniciou a discussão sobre a necessidade de aconselhamento do governo de Moçambique para que enveredasse pelo diálogo pela paz ao invés do investimento nas confrontações armadas. Posteriormente, ciente das suas limitações, a IPM submeteu a proposta ao Conselho Cristão de Moçambique (CCM), que por sua vez constituiu uma comissão que se engajou na sua materialização.

Apoiou-se a ideia da consolidação de uma administração que seja efetivamente estabelecida e que perdure, guiada por uma agenda sólida e passível de atualizações ao longo do tempo. Apoiado foi também o princípio da massificação da formação de quadros, de modo que a IPM possa ser melhor representada nos seus serviços. Os beneficiários de bolsas de estudos, segundo o que foi referido, podem trazer benefícios diversificados à IPM. O evangelista Eduardo Chivambo Mondlane foi tomado como um exemplo que ainda é digno de realce. Após o seu

regresso dos Estados Unidos da América em 1961, onde concluiu o seu doutoramento em Ciências Sociais, visitou a paróquia de Antiocha, em Magude. Fez um ofertório, em jeito de gratidão a Deus, que serviu para a construção da atual Escola Primária Completa Eduardo Mondlane. Muito mais do que isso, o saudoso obreiro dedicou a sua vida ao árduo trabalho político que culminou com a libertação do povo moçambicano da opressão colonial portuguesa (NGOENHA, 2019).

As mulheres foram uma menção de destaque no evento, mercê da necessidade que tem havido de promover a equidade de género na IPM, como uma das estratégias de construção da competência organizacional. As mulheres chegaram a emitir sinais de júbilo quando se chegou a mostrar a necessidade da sua inclusão na liderança dos órgãos centrais da IPM. O ambiente que se construiu fez transparecer um significativo acolhimento da proposta do estabelecimento de missões de educação integral que possam resultar em ações de emancipação local. Foi explícito o anseio generalizado em testemunhar o resgate de uma igreja repleta de recursos e de frutos perenes resultantes de fortes investimentos na educação integral. O fato de a Missão Suíça ter sido reconhecidamente forte gera muita pressão à IPM para que se inspire e conceba uma mentalidade de criatividade (CHONGO, 2022).

Dados recolhidos por entrevista

Os pesquisadores tiveram a ocasião de entrevistar sete obreiros da IPM, no local do retiro e cinco depois deste evento. Procuraram saber como cada um deles apreciava a proposta colocada, de estabelecimento de missões de educação integral que possam estimular ações de emancipação local em todo o território nacional, sem descurar a componente das línguas locais. As suas respostas foram as que vêm infracitadas.

(...) A igreja precisa sempre de uma renovação, e a renovação não parte logo sem haver alguém que possa pensar e ver a necessidade de uma determinada mudança, porque sendo nós uma igreja reformada e sempre reformando, permite-nos que possamos ter pessoas que pensam de forma diferente, mas que têm capacidade de expor as suas ideias (...) o tema que está sendo proposto (...) permitiria em primeiro lugar a descentralização e a aproximação das instituições aos crentes e a aproximação dos obreiros. Isso permitiria também o melhoramento do tratamento dos assuntos regionais, porque tudo seria tratado no mesmo lugar e as decisões tomadas teriam que ir junto à central. Assim haveria uma conexão mais directa para a resolução de todos os problemas que existem em cada região. Mas para isso é preciso que haja um investimento. Investimento, primeiro, de pessoas capazes em todos os sectores (...) para o desenvolvimento da igreja (A).

É bastante apreciável a forma como o participante A demonstra ter compreendido a proposta colocada. Concebe a descentralização como um vetor de aproximação da IPM, tanto dos crentes, quanto dos obreiros, em cada uma das três regiões do país, através dos respectivos órgãos de direção. Mais ainda, concebe a proposta como uma estratégia de resolução de problemas locais. Reconhece, por fim, que a sua concretização é condicionada pela existência de recursos humanos que sejam qualificados. É justamente esta percepção do participante A que está no cerne da proposta do presente estudo. Almeja-se que a IPM seja significativamente potenciada de modo que se torne um vetor de participação cada vez mais ativa na emancipação do país (NHALEVILO, 2013).

Eu posso dizer que gostei da explanação (...) temos que criar uma administração forte, que não seja uma administração vulgar onde as pessoas só passam por ali (...) Aquilo que eu até certo ponto estou a recear é a questão dos Sínodos Regionais, porque temos que consolidar as nossas paróquias em primeiro lugar (...) a descentralização é a única forma para o crescimento da igreja. Sem a descentralização não podemos desenvolver, não podemos fazer nada. É bom dar o poder àquela pessoa local e aquela pessoa vai se sentir mais e vai trabalhar muito para o crescimento da igreja, mas o importante é consolidarmos a base para o crescimento da igreja (...) (B).

O participante B faz uma análise cautelosa em relação ao modelo de descentralização proposto. Se por um lado aprecia a ideia de fortificação da administração, por outro lado mostra-se receoso em relação a implantação de órgãos de direção regional. Defende a consolidação das paróquias existentes como primeiro passo. Entretanto, há que esclarecer que a proposta colocada vem justamente para estimular a consolidação das referidas paróquias, em todas as regiões do país, através de missões regionais que se pretende que sejam robustas em todas as perspectivas incluindo a perspectiva econômica. Além disso, vem para fazer da IPM uma igreja que não se limita na resolução de seus problemas organizacionais, mas que consiga inclusivamente atender a resolução de problemas locais. É, pois, à igreja que se confia a vocação de educação social para a paz (KÜNG, 2003). Ademais, é num contexto de paz que se cultiva e se consolida a emancipação e o desenvolvimento do ser humano na sua totalidade (SAPATO, 2016).

(...) A apreciação que eu faço com relação ao tema apresentado (...) é positiva. Primeiro porque resgata aquilo que são os valores da Missão Suíça, desde a chegada dos missionários cá em Moçambique. Sabemos que os missionários que vieram trabalhar na Igreja Presbiteriana não foram apenas pastores, não foram apenas teólogos. Do grupo dos missionários estiveram lá médicos, professores, agrónomos, juristas, e sabemos também que o projecto da Missão Suíça se concretizou não só nas igrejas, mas também nas escolas, nas oficinas, em projectos de agricultura. No entanto, nós perdemos estes valores, porque com a chegada da independência houve uma onda com o sentimento de que não existia Deus, de que a religião era coisa para banir. O Estado nacionalizou grande parte daquilo que eram as infra-estruturas e projectos da igreja. Foi daí

que nós perdemos o lado da educação, das escolas e perdemos o lado da saúde. Tínhamos hospitais geridos pela igreja, mesmo as igrejas nalgum momento foram encerradas, mas passado algum tempo as igrejas foram reabertas, só que a partir daí só olhamos para a evangelização. Mas se a igreja quiser, de facto, desenvolver, não pode ensinar as pessoas a conhecer coisas de Deus apenas. É necessário que a igreja se envolva numa educação integral das pessoas, ensinando as pessoas a ganhar auto-suficiência a partir das suas famílias, para que as pessoas saibam que têm que produzir a sua própria comida, os bens de que necessitam, que é preciso saberem cuidar da sua própria saúde para poderem melhor servir a Deus, porque não se serve bem a Deus com fome, não se serve bem a Deus com doença. Então, a igreja tem que ser tudo isto. Portanto, o tema é muito importante, inovador porque nestes dias a igreja não está a caminhar nesse sentido, mas não inovador porque resgata aquilo que já vínhamos sendo, que havíamos perdido pelo caminho. Portanto, a minha apreciação é positiva, sou de apoiar isso. Mas precisamos, de facto, de obreiros que não só estejam formados na teologia. Precisamos de investir na formação do nosso pessoal em outras áreas (...) essas áreas da educação, da saúde, e agora já têm ciências novas, já temos a computação, temos engenharias electrónicas, coisas que não existiam antigamente (...) a igreja precisa de ser mais abrangente nas suas áreas de actuação. É verdade que a missão número um da igreja é evangelizar, mas temos que alimentar as pessoas para estarem dispostas a ouvirem a palavra de Deus (...) Oxalá que as nossas lideranças na igreja recebam bem esta proposta apresentada e possam levar avante este projecto. Muito obrigado (C).

O participante C enriquece sobremaneira o presente estudo com dados importantes sobre a história da igreja no período colonial em Moçambique. Explana de forma explícita o momento da crise de relacionamento entre as igrejas e o governo liderado pelo Presidente Samora Machel (JESSEN, 1997; GUJAMO, 2004). Deixa explícita a razão que levou a IPM a perder a sua hegemonia no campo da educação integral. Toda a sua explanação constitui um argumento forte para apoiar a ideia de estabelecimento de missões de educação integral que possam resultar em ações de emancipação local. Desafia, por fim, aos líderes da IPM para que acompanhem as abordagens atuais que estimulam a mudança em prol do resgate da imagem institucional desta igreja centenária.

De fato, o estabelecimento de missões de educação integral que estimulem ações de emancipação local suscita a produção de manuais e guias práticos sobre agricultura, pecuária, defesa do meio ambiente, cuidados de saúde, etc. que ajudem as comunidades a melhor desenvolver o seu trabalho. Com a produção e distribuição de material escrito nas diferentes línguas do país, a IPM pode estar a retomar o papel da Missão Suíça neste país, já que hoje pretende cobrir efetiva e eficazmente todo o país (SITOE, 2020, p. 85).

(...) Tudo o que eu ouvi acompanhei atentamente, e tudo é muito valorizado porque abre o caminho para a Igreja Presbiteriana avançar, sobretudo aquilo que me tocou, a administração permanente (...) Temos que criar condições para termos uma administração bem definida (...) É preciso que tenhamos um plano, uma perspectiva, para que quando chegar uma outra pessoa, em períodos eleitorais, não mude o rumo, mas engrene no programa já traçado. Isso nos vai

dar os melhores frutos em todas as vertentes da Igreja Presbiteriana de Moçambique (...) Temos que definir um plano, um objectivo, um caminho, um plano a longo prazo para depois ser dividido em prazos curtos, para conseguirmos atingir os objectivos (D).

O participante D reitera a defesa da construção da competência administrativa da IPM, que constitui um passo fundamental no processo de estabelecimento de missões de educação integral. De fato, não se pode imaginar uma organização que queira crescer sem que invista na robustez da sua máquina administrativa. É dessa forma que se pode garantir uma organização que seja orientada para a gestão estratégica, que seja capaz de assegurar, tanto o seu próprio desenvolvimento, quanto a sua participação ativa no desenvolvimento social (REIS; REIS, 2008).

(...) Segundo a nossa experiência diríamos que após a guerra dos 16 anos a igreja ficou numa situação de destruição em termos de infra-estruturas e como tal havia uma necessidade de reconstrução das capelas que haviam sido destruídas. Uma coisa muito interessante que se desenvolveu nessa altura foi que (...) as comunidades eram sensibilizadas a entrar na floresta, cortar as estacas, o caniço, construir as paredes, maticar e ficar a espera dessa parceria, que era a questão de chapas e pregos, incluindo o próprio arrame. Isso aconteceu, levantámos muitas capelas dessa forma. Mas também foi numa fase em que a igreja sofreu a perda de gado em termos dessas comunidades (...) havia necessidade de potenciar essas comunidades porque viviam na base de agricultura, já não tinham juntas de bois, não tinham nada. De tal forma que o DM (Departamento Missionário da Suíça) teria nos apoiado com um valor que foi usado na compra de juntas de bois, e essas juntas tiveram um papel preponderante, em que uma junta era para três famílias, duas famílias cristãs e uma família pagã. Essas famílias pagãs, portanto, isso faz parte da evangelização, acabaram convertendo-se na Igreja Presbiteriana (...) logo após 1992 até 1996 estávamos a fazer essa actividade (...) Essas famílias pagãs se converteram e passavam a dizimar como outras famílias e isso potenciava a própria igreja (...) A outra experiência que é fácil de traduzir é aquilo que nós encontrámos numa das paróquias, em que se seleccionava uma média de cinco mulheres, portanto, isso aplicava-se na sociedade das mulheres, e elas tinham a capacidade de trabalhar um ano na capoeira, e essa capoeira tinha uma capacidade para criar 500 pintos. Então, iam criando esses pintos durante um ano, mas quando chegasse o mês de Novembro elas durante aquela fase da criação não levavam os lucros para as suas casa e nem recebiam nada. O seu fruto ganhavam-no no fim do ano (...) Isso foi na Phulana. É um projecto muito importante que pode potenciar a própria igreja (...). Para terminar, dizer que também podemos dar um incentivo na criação de coelhos, porque o coelho não precisa de comer comida especial para poder viver e procriar (...) Portanto, há muita matéria que nós podemos utilizar para podermos melhorar a situação (E).

O participante E recorre ao passado para trazer evidências de que a IPM tem desenvolvido ações de emancipação local. Faz referência a estratégias de empoderamento da igreja através da potenciação econômica, tanto de seus participantes ativos, quanto dos potenciais crentes. Trata-se de uma lição marcante, de que não se pode pretender o desenvolvimento da igreja sem que se pense inclusivamente no desenvolvimento da sociedade.

O participante E termina a sua intervenção com um apoio implícito à ideia de desenvolvimento de um projeto de geração de renda. Faz referência a projetos da pecuária, demonstrando, assim, um reconhecimento do quão importante é para a igreja ter várias fontes de garantia de recursos financeiros. A igreja, sendo uma escola da vida, deve ser um espaço de aprendizagem de formas dignas de subsistência. A igreja, tal como outras instituições educativas, deve ser concebida como uma fonte de inovação para a garantia do desenvolvimento da dignidade humana (CORRÊA; MONDLANE, 2015).

Sim, falando em Missões de educação integral, seria o resgate daquilo que é a natureza existencial da Igreja Presbiteriana de Moçambique, uma herança histórica que vem já há anos. Seria, de facto, um resgate se nós formos a restabelecer isso (...) uma educação integral e holística é reparar para o ser humano no seu todo, material e espiritualmente. Portanto, uma igreja inserida na comunidade e que deve satisfazer as necessidades imediatas e se calhar até futuras da própria comunidade, responder aos anseios dentro da sua responsabilidade social. Portanto, os líderes, os pastores que estão nessas comunidades têm um papel muito importante. Devem ser potenciados, devem ser formados, de modo a responderem essas questões todas e isso iria de acordo com aquilo que acontece na sociedade, onde falamos de currículo local e desenvolvimento local (...) o rosto da igreja está na base. Portanto, pequenas iniciativas de geração de renda vão dinamizar a evangelização, mas também podem beneficiar a comunidade local, através de acolhimento de idosos, pessoas vivendo com HIV/SIDA e outras enfermidades. A cada dia surge uma nova coisa que precisa ser respondida. Uma igreja deve ser activa, uma igreja contemporânea, uma igreja que antecipa os acontecimentos, uma igreja que responde, que é sempre luz, que é sempre o sal da terra. Portanto, há necessidades materiais, mas também necessidades espirituais que devem ser respondidas e o papel da igreja é muito importante (...) (F).

A igreja, ao nível da paróquia, precisa de pequenas iniciativas de geração de renda, conforme defende o participante F. No entanto, ao seu nível mais alto, tanto regional, quanto central, a igreja precisa gerir grandes projetos de geração de renda. Para tal os seus líderes precisam desenvolver uma cultura de *pensar grande*. A par dos dízimos devem fazer com que a igreja seja capaz de oferecer serviços que sejam fundamentalmente sociais e que consiga, em compensação, recursos monetários que possam servir para uma série de reinvestimentos que sejam em prol do desenvolvimento social.

(...) A educação é a primeira coisa, mas também relevam as habilidades para os jovens. Os jovens gostam de TICs, gostam de projectos ousados. Há outros que gostam de agricultura, estamos a começar a ver jovens a abraçar a agricultura. São essas bases que sustentam a pessoa humana, e pode voar para mais patamares, mas com o chão seguro (...) mas também não esquecer as mamas, que precisam de ser alfabetizadas. Elas ficam muito felizes quando podem assinar os seus nomes (...) isso é uma das coisas que pode trazer a paz porque muita gente vai votar sabendo o que está a fazer (G).

O participante G faz uma menção específica da mulher e defende a sua alfabetização. Seria o primeiro passo rumo à sua educação desde o nível primário ao superior. De fato, sendo que Moçambique tem optado pela promoção da equidade de gênero, é pertinente que a IPM seja exemplar na mobilização de recursos que visem garantir que a mulher ombreie com o homem no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes. Aliás, importa referir que a IPM tem sido majoritariamente constituída por mulheres, pelo que a sua emancipação seria um contributo para o desenvolvimento institucional. Apostar na educação da mulher seria, com efeito, potenciar a IPM para ações efetivas de intervenção social.

De recordar que, desde o início, o sistema de educação preconizado por esta igreja integrou a mulher, permitindo assim a sua promoção sociocultural. Nos seus grupos, animadas pelas mulheres dos missionários, de pastores e de catequistas, discutiam questões ligadas à família, alimentação, educação, meio ambiente, entre outras. Como resultado, criaram-se novas relações conjugais, familiares e sociais. Trata-se de uma libertação da mulher e ao mesmo tempo do próprio homem. Segundo Biber (1992), já em 1894 os homens desta igreja compreendiam que os seus lares faziam a diferença nas suas comunidades. *“Até hoje, a mamana (mãe, mulher) da IPM tem papel preponderante na igreja, no lar e na sociedade em geral”* (SITOE, 2020, p. 69). É esta mulher que deve ter um papel de relevo no estabelecimento de missões de educação integral que estimulem ações de emancipação local.

As mensagens dos participantes inquiridos por entrevista denotam apoio à proposta de estabelecimento de missões de educação integral que resultem em ações de emancipação local. Vêem o quão avançam outras congregações cristãs na colaboração para o desenvolvimento social de Moçambique. Reconhecem a necessidade de inspiração na Missão Suíça, cujo sucesso resultava de seus recursos diversificados e mormente do seu quadro de pessoal que era capacitado e bastante criativo (HARRIES, 2007). Um dos importantes legados da Missão Suíça é o uso das línguas locais para o desenvolvimento das comunidades. O entrevistado LL1, ao debruçar-se sobre a questão de a IPM estar ou não equipada em termos de recursos humanos para o uso das línguas locais como uma das ferramentas de educação para a emancipação local, afirmou:

Equipada, não diria tanto. Se calhar, diria que a IPM tem algumas ferramentas, mas pode não estar totalmente equipada porque precisaria de reforçar essas pequenas ferramentas que tem, a partir do momento que nos nossos cultos usamos as línguas locais porque isso já é um ganho. Precisariam de uma alavanca porque mesmo aquela língua local que estamos a falar lá, acabamos descobrindo que tem certas lacunas. Então, precisávamos de reforçar a questão da formação nessa área. Porque não é só dizer “Eu falo Changana.” e se calhar esse Changana, não é um Changana que podemos dizer que vamos ensinar com ela, porque tem muitas falhas. Mesmo as línguas do Centro e Norte. No Sul, descobrimos estas pequenas falhas que podem, de certa forma, minar o próprio

desenvolvimento da língua local. (...) Eu penso que com um pouquinho de uma alavanca, as pessoas serem um pouquinho formatadas a esse lado. Então, em cada região há pessoas que iriam fazendo assessoria, iriam fazendo as reciclagens, etc etc. Por exemplo, estava aí o Pastor Ângelo Cotela a fazer [curso de licenciatura de] Línguas Bantu. Está a Instrutora Hortência, parece que concluiu com sucesso. Então, aqui mesmo no espaço da IMP já temos dois ou três, quatro, cinco quadros que podem... Então, essas pessoas, um pouco preparadas ou a serem formatadas, eles podem ser um grande ganho porque já têm uma bagagem, e essa bagagem só precisa de ser afinada (LL1).

Este participante aponta para um aspecto fulcral, no que tange a formação de quadros na área das línguas locais ao mencionar o fato de já existirem obreiros com uma formação de base a partir da qual a IPM pode avançar para patamares mais altos. Mas, este esforço não deve descurar a componente sociocultural como, entre outras coisas, a dissertação do participante LL2 deixa antever:

As línguas nacionais são muitíssimo importantes. Porquê que digo que são importantes? É só recuarmos um pouco na história da nossa igreja. Os missionários quando viessem cá, ao saírem da Suíça para Manjacaze, por exemplo, qual era a preocupação deles? Era de aprender a língua local. (...) Estamos a pensar fazer evangelização em todo o país, mas estamos a falhar. Sabe porquê? Você vai para Nampula. O culto em Emakhuwa não é prioritário daquela paróquia; está afastado. Dão prioridade ao culto em Português. Aos nativos, os macuas, não. Não há nada que se passa ali. Então, essa é uma das coisas que nós temos que trabalhar no sentido de as línguas locais serem prioritárias. O quê que nós queremos eliminar em Nampula ou noutras províncias? É aquela linguagem de que esta Igreja é dos machanganas! (...) Li um livro nos tempos, lá em Ricatla, que dizia assim: Evangelizar ou colonizar? Quero lhe dar um exemplo vivo. Nós temos quantos pastores que são macuas em Nampula? São quatro...cinco ou são seis. Esses são macuas. Mas porquê que a direcção máxima da nossa Igreja não leva esses recursos humanos para estarem na sua terra local, para eles introduzirem lá a língua? (...) Não estou a ser tribalista. Ele vai dar o seu impulso, mas alguma coisa vai falhar. Nós temos que levar o recurso humano local. A Igreja tem... temos recursos. Temos massenas, temos mandaus, temos macuas, temos lomués, temos manhungues, temos... mas esses recursos humanos estão centralizados na capital do país. Então? Porquê? Onde está isto escrito que você vem de Nampula; não pode ir trabalhar na sua terra, Nampula? Temos que trabalhar exactamente na língua local. Esse Português, Changana, é cá, depois do Rio Save para cá (LL2).

O participante LL2 aborda ainda um desafio adormecido, mas que pode ser despoletado se a IPM não procurar dar tratamento igual ou equitativo aos seus membros ao longo do país. O tribalismo está latente. Se, por um lado, Moçambique deve procurar libertar-se da hegemonia da língua portuguesa que confere aos seus usuários estatuto social superior em relação aos que só falam as línguas locais, por outro lado não deve permitir que uma língua local se sobreponha às outras, sob risco de dar lugar ao tribalismo, com consequências nefastas inimagináveis. Mas, o depoimento do participante LL5 é mais acutilante:

Bom, eu acho que na Igreja Presbiteriana, nós temos sorte: A nível de todas as províncias, em todas as línguas de Moçambique, já temos lá pastores. Então, o que a igreja podia fazer era pegar nestes pastores e criar um grupo de interpretação da Bíblia. (...) A igreja podia criar uma comissão de pastores... mesmo para as liturgias. Eu diria que somos conservadores. Mesmo nas liturgias e nos hinos. Os hinos são do sul; Pastor, qual é o futuro que a igreja espera por essas pessoas? Quer dizer, quando as pessoas chegam na igreja... A igreja é um lugar de libertação. Mas essa libertação acontece quando as pessoas percebem as escrituras na sua língua própria. Então, se eu vou a um culto que somente fala Inglês e eu não sou bom em Inglês, na prática, ente eu hei-de voltar do jeito que entrei. Até hei-de voltar pior do que da maneira que eu entrei. (...) Então, falando da tradução, eu acho que a igreja podia criar condições, reunir pastores que dominam a língua para ajudar na tradução da Bíblia, dos hinos. Dizem que os hinos que nós estamos a entoar no norte não são esses hinos daqui. São muito diferentes. Então, precisa-se de um grande trabalho que é a tradução do hinário. (...) Outra coisa que não desenvolve a nossa igreja é que, eu sou de Nampula. Então, o que acontece? Os dois pastores levados para lá são naturais de Tete. Não conhecem a cultura de Nampula. É o que está a acontecer, mesmo lá na zona norte. A igreja não se desenvolve porque os nossos irmãos que vão para lá carregam consigo a cultura do sul. Por mim, para uma grande evangelização, o que a igreja podia fazer, se coloca lá um pastor... por exemplo, se leva um pastor da zona sul e coloca em Cabo Delgado, tem de haver lá um pastor de Cabo Delgado que conhece a cultura (LL5).

Se a IPM pretende implantar-se efetivamente em todo o território nacional, deve assumir que *“o desenvolvimento de uma democracia e da unidade nacional do país depende directamente do acesso, por parte dos seus cidadãos, à participação efectiva em todos os domínios, o que só pode acontecer se as línguas desses cidadãos são línguas que facilitam tal acesso”* (SITOE, 2014, p. 65). Tanto o Português, como o Changana ou Ronga serão línguas “estranhas” numa zona rural do Centro e do Norte do país!

Na minha opinião, a IPM não está preparada neste aspecto, mas, querendo, pode se preparar. Porque evangelizar na sua língua materna de cada zona é muito importante. Afinal, como é que nós conseguimos o evangelho? Mesmo cá no sul? É só ver como a IPM de cá do sul ficou. E se não fossem os suíços, o quê que seria de nós? Grande trabalho eles fizeram e surtiu efeito. Então, porque não para outras zonas? A IPM não está preparada porque mesmo os hinários que eles conseguiram para nós, em Ronga e Changana, noutras províncias ainda não existem. Nós podíamos dar continuidade através destes hinários, traduzirmos. (...) Devemos nos organizar para conseguirmos dominar as línguas locais para evangelização em todo o país. A primeira coisa, a IPM deveria formar as pessoas que estão na área de linguística das línguas maternas. Por exemplo aqueles que fazem Curso de Língua Bantu. E também apostar-se nos maestros e nos compositores, que podiam traduzir aqueles hinários que temos para um dia termos aquele hinário completo em Cicewa, por exemplo. Mas o grande trabalho que se deve fazer é formar bem estas pessoas, para estarem capazes de traduzir o hinário para cada língua. (...) E precisamos de traduzir a Bíblia nas nossas línguas maternas. Porque mesmo para as nossas línguas maternas já não há aquela vontade, as pessoas não têm aquela vontade. Está cada vez mais a degradar-se aquele hábito de se falar a língua materna ou local. Então, para tal, precisamos de formação. Se vamos para a escola, vamos, mas lá

só aprendemos a língua portuguesa e as nossas línguas maternas ficam para trás. Precisamos de uma capacitação para a tradução da Bíblia também (LL4).

O participante LL4 também aborda a questão da formação de obreiros nas áreas das línguas locais, mas focando a sua atenção para a componente de tradução da Bíblia, dos materiais litúrgicos e de educação cristã, como forma de promover o uso efetivo das línguas locais. O participante LL1 também volta a insistir neste aspecto, mas avançando a proposta de criação de grupos de trabalho para a área de tradução:

(...) Agora, o quê que deve ser feito para que a IPM volte a envolver-se seriamente na tradução da Bíblia de modo a facilitar que cada moçambicano possa receber a Boa Nova e fale directamente com Deus na sua própria língua? Devíamos explorar esse trunfo da formação de tradutores. Pode-se aproveitar alguns quadros, esses que estiveram na linha da frente na tradução da Bíblia nas línguas locais. Outros ainda existem, outros ainda têm força, outros ainda estão activos. Podemos reaproveitar essas pessoas. É claro que disse que podemos juntar com sangue novo aqui, mas devemos aproveitar aquela gente porque eles carregam uma certa experiência... Estou a dar exemplo da minha paróquia que temos o Sr. Mandlate que esteve nessa linha e conheço outra pessoa ali no Xai-Xai. Ainda estão em pé. Então, pode-se apostar na formação de tradutores (...) Daqui a dez anos estaríamos noutra nível se começarmos a formar agora. Esses tradutores, dentro de cinco anos já estaríamos a falar de uma realidade, as pessoas já estariam a fazer o seu trabalho com os seus recursos mas sem precisarmos de pagar muito. Então, penso que podemos fazer isso, mas buscando também a experiência dos homens que ainda estão vivos e que ainda têm energia, mas sem confiar só neles porque tarde ou cedo vão partir. Mas também confiarmos na juventude para se juntar a estes grupos. Hoje não estamos a compreender o que significa isto, mas um dia vamos compreender e já com muitos aplausos (LL1).

Isto está em sintonia com o postulado pelo Professor Kwesi Kwaa Prah, fundador do Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS). Este estudioso advoga que é necessário implantar estruturas que vão na prática promover a realização do desenvolvimento e crescimento das línguas africanas (PRAH, 1995). Mas, o entrevistado LL3, ao tecer as suas considerações à volta da questão de formação na área de tradução da Bíblia, acrescenta um dado novo: o domínio das línguas originais!

(...) Não, não estamos preparados. Porque, bom, na zona sul estamos, já que a igreja chegou primeiro aqui. Mas, a partir de Sofala, Tete, Nampula, até lá no norte, os pastores que estão no campo são esses que traduzem para as pessoas, mas em termos da Bíblia como tal, não têm em línguas locais. No meu entender, teríamos que formar tradutores. Mesmo essa tradução que fazem agora é à maneira como a pessoa entende. Se está a escrever bem a língua ou não, ninguém sabe. Porque cada língua tem as suas especificidades. São esses pastores que estão a traduzir. Têm a aproximação de uma ou de outra língua... (...) Temos que formar porque a tradução passa por compreender e dominar um pouco as línguas base. Estou a falar de Hebraico, estou a falar de Grego. Para

traduzir a Bíblia, tem que compreender um pouco a língua que está a traduzir. Não temos essas pessoas (LL3).

A Igreja Presbiteriana de Moçambique pode criar uma estrutura destas para estimular, através do uso das línguas moçambicanas, em paralelo com a língua oficial, o Português, no âmbito das atividades das missões de educação integral.

Mas, eu acho que está preparada para fazer esta evangelização usando recursos financeiros. Eu acho que a nossa igreja tem dinheiro, senhor Pastor. A nossa igreja é rica financeiramente. A nossa igreja tem potencial. Para mim, o que eu vejo é, talvez, falta de planos ou má gerência... Mas, a Igreja Presbiteriana, segundo o historial, é uma igreja muito rica e tem capacidade de evangelizar em línguas locais. Nós podíamos usar instrumentos musicais para acompanhar os nossos hinos. Por exemplo, podemos criar emissores usando a rádio, não é? Podemos ter recursos para termos rádios que somente falam em línguas locais... podendo haver outras línguas. Podíamos criar condições para termos aquilo que fazem outras igrejas (LL5).

Este depoimento leva-nos à parábola do investimento dos talentos. A IPM, em vez de enterrar o seu talento, deverá fazê-lo render tal como fizeram os outros servos. Desta feita também na área de comunicação, como propõe o entrevistado LL5. Então, chegado o Dia, irá ouvir do seu Senhor: *“Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor”* (MATEUS⁵, 25: 23).

Considerações finais

A compulsão dos dados recolhidos induziu à conclusão de que a proposta de estabelecimento de missões de educação integral, que estimulem ações de emancipação local, constitui uma inovação significativamente apreciável ao nível dos obreiros da IPM, pelo que, é vista como um fator imprescindível de intervenção social da Igreja Presbiteriana de Moçambique. A proposta em questão inclui a garantia de um sistema de gestão que esteja à altura de uma organização educativa orientada à participação ativa para o desenvolvimento social de Moçambique.

A IPM deve, assim, fazer investimentos significativos, prévia e urgentemente. O seu ponto de partida deve ser a garantia da massificação da formação de quadros que sejam altamente qualificados nas áreas aliadas ao seu almejado projeto educativo. Ademais, deve ser uma iniciativa operacionalizada em todos os níveis e setores da igreja.

⁵ Bíblia Shedd: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. São Paulo: Vida Nova. p. 1373. 2013.

Ao nível da missão central da igreja é fundamental que haja tanto um corpo administrativo pastoral devidamente profissionalizado, quanto uma agenda de desenvolvimento. Que este nível seja uma fonte de provimento de bolsas internas e externas. Que seja a fonte de grandes projetos e de realizações que possam tornar a IPM numa organização socialmente briosa. O projeto *lumuko* (desmame), que está sendo operacionalizado pelo Departamento Missionário da Suíça (DM), no financiamento de projetos de desenvolvimento ao nível das paróquias da IPM, deveria ser centralizado e orientado para grandes projetos. Seria para a garantia da retroalimentação dos orçamentos das missões regionais.

Ao nível das três missões regionais propostas, é estratégico que se invista na promoção das línguas locais. Há que torná-las centros de excelência em gestão da educação integral, e em atividades tais como: (i) capacitação dos obreiros em línguas locais, (ii) concepção e tradução de materiais educativos, (iii) alfabetização e capacitação de nativos em língua portuguesa, bem como (iv) na capacitação de comunidades locais sobre o desenho de projetos de desenvolvimento sustentável.

Ao nível da missão de base, que as paróquias mais fortes e as respectivas famílias sejam provedoras de bolsas internas aos obreiros e a outros membros da IPM. Que se desenhem termos de referência que expressem claramente os objetivos, os beneficiários, os critérios de seleção, entre outros elementos, de modo que as bolsas paroquiais e familiares sejam concedidas de forma criteriosa e transparente, em prol do desenvolvimento individual, familiar, eclesial, comunitário e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDASSE, Abrão. **Memento: o livro do rapaz**. Maputo: Literatura da Igreja Presbiterana de Moçambique. 1996.

BIBER, Charles. **Cent ans au Mozambique: Le parcours d'une minorité**. Lausanne: editions du SOC. 1992.

BORGES, Maria., RIBEIRO, Betânia., RICHTER, Leonice. Desafios da educação integral no tempo presente. **Revista Educação Popular**. Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 131-143. 2028.

BUTSELAAR, Jan Van. **Africanos, Missionários e Colonialistas: As origens da Igreja Presbiteriana de Moçambique (Missão Suíça), 1880-1896**. (Trad. portuguesa de Francisco da Cruz). Lausanne: Département Missionnaire des Eglises Protestantes de la Suisse Romande. 1987.

CARVALHO, José., LOPES, José; REIMÃO, Cassiano. **Inovação, Decisão e Ética: Trilogia para a gestão das Organizações**. 1ª e.d. Lisboa: Edições Sílabo. 2011.

CHIMBUTANE, Feliciano; STROUD, Christopher (Orgs.). **Educação Bilingue em Moçambique: Reflectindo Criticamente sobre Políticas e Práticas**. Maputo: Texto Editores. 2011.

CHONGO, Fernando. Educação e formação de comunidades de aprendizagem: análise de percepções no Colégio Pastoral da Igreja Presbiteriana de Moçambique. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), vol. 2, nº Especial, p. 287-308, 2022.

CORRÊA, Dalila; MONDLANE, Augusto. **Gestão de Instituições de Ensino Superior**. Lisboa: Editora Escolar.

COUTINHO, Clara. **Métodos de investigação em educação: concebendo o plano de investigação**. Universidade do Minho. 2007.

DE SOUZA, Edilson. Os sinais da educação integral. **Revista Educação**. Santa Maria, vol. 41, N. 1, p. 27-41, 2016.

FERREIRA, Alberto; MENDES, Ângelo; MARTINS, Vera. **A UCM e o contexto Internacional: Breve reflexão**. In: BARBOSA, Adérito; IBRAIMO, Mahomed; LAITA, Martins; MUSSAGY, Ibraimo. *Desafios da Educação: Leituras actuais*. Nampula: Década das palavras. p. 15-56. 2017.

FIRMINO, Gregório. **A «Questão Linguística» na África Pós-colonial - o Caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique**. Maputo: Texto Editores, 2006.

GUJAMO, Rufino. **A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004**. Tese de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora.

HAGGAI, John. **Lead On: leadership that endures in a changing world**. Dallas: World publishing, 1986.

HARRIES, Patrick. The Roots of Ethnicity: discourse and the politics of language construction in south-east Africa. In **African Affairs**, vol. 87, nr 346. p. 25-52. 1987.

HARRIES, Patrick. **Junod e as Sociedades Africanas: Impacto dos Missionários Suíços na África Austral**. Maputo: Paulinas. 2007.

JESSEN, Agostinho. **Papel da Igrejas no Processo de Paz em Moçambique: 1980-1992**. Monografia de Licenciatura em História. Universidade Eduardo Mondlane. 1997.

KARSENTI, Thierry ; SAVOIE-ZAJC, Lorraine. **La recherche en éducation: étapes et approches**. 4^e edition revue et mise à jour. Canada: les presses de l'université de Montreal. 2018.

KÜNG, Hans. **Projecto de ética mundial: uma moral ecuménica em vista de sobrevivência humana**. 4^a e.d. São Paulo: Paulinas, 2003.

LEMMER, Eleanor. **Educação contemporânea: questões e tendências globais**. Maputo: Texto Editora. 2005.

LIBÂNIO, José. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez. 2006.

- LIBÂNEO, José. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez. 2010.
- MAZULA, Brazão. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985. Em busca de fundamentos filosófico-antropológicos.** Porto: Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa.
- NGOENHA, Severino. **Estatuto e axiologia da educação: o paradigmático questionamento da Missão Suíça.** Maputo: Imprensa Universitária. 2000.
- NGOENHA, Severino. **Mondlane: regresso ao futuro.** Maputo: Real Design-Editora, 2019.
- PIEIDADE, Bonifácio. Um olhar sobre os 20 anos da Universidade Católica de Moçambique: percurso significativo? **Revista de Investigação em Educação, Comunicação e Desenvolvimento.** n. 01, vol. 1, p. 24-36, 2016.
- PRAH, Kwesi Kwaa. **African languages for the mass education of Africans.** Bona: DSE (German Foundation for International Development), 1995.
- SALLIS, Edward. **Total quality management in education.** 3er e.d. USA: Kogan Page. 2002.
- SAPATO, Rafael. **A formação humana na universidade na perspectiva da Universidade Católica de Moçambique.** In: BARBOSA, Adérito; ALVES, José; IBRAIMO, Mahomed; LAITA, Martins. **Desafios da Educação: Ensino Superior.** Nampula: Década das palavras, p. 15-29. 2016.
- REIS, Rui; REIS, Henrique. **Gestão estratégica: aplicada a instituições do ensino superior.** Lisboa: Escolar Editora. 2008.
- SITOE, Bento. Línguas Moçambicanas, como estamos? In: SEVERO, Cristine; SITOE, Bento; PEDRO, José. **Estão as línguas nacionais em perigo? Coleção Cadernos de Ciências Sociais.** Lisboa: Escolar Editora, 2014, p. 37-75.
- SITOE, Bento. O Tsonga e a moçambicanidade: o caso da Igreja Presbiteriana de Moçambique. In: PAULA, Maria Helena e Xavier, Vanessa Regina Duarte (Orgs.), **Estudos de linguagem em abordagens multiculturais.** Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 61-87, 2020.
- SITOE, Bento. Da oralidade à escrita: (D)escrivendo (n)as nossas línguas - o caso do Changana, língua bantu falada ao sul de Moçambique. In XAVIER, Vanessa Regina Duarte e FRANCESCHINI, Bruno (Orgs) **Matizes multiculturais em estudos da linguagem - Identidade, memória e sociedade.** Campinas SP: Pontes Editores, 2022, p. 49-71.
- SMITH, Patricia & RAGAN, Tillman. **Instructional Design.** 2. ed. New York: Wiley, 1999.
- TOZONI-REIS, Marília. **Metodologia da Pesquisa.** 2ª e.d. Curitiba: IESDE, 2009.

Recebido em: 21/02/2023
Aprovado em: 14/06/2023